

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.509.338 - PA (2019/0152920-5)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
AGRAVANTE : BRUNO CESAR DE LIMA BATISTA
ADVOGADOS : EDIELSON HALLER DE MORAES PIMENTEL - PA006019
BRUNO NATAN ABRAHAM BENCHIMOL - PA012998
RAIMUNDO EDSON DE MORAES PIMENTEL - PA006429
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **BRUNO CESAR DE LIMA BATISTA** contra decisão que inadmitiu seu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em oposição a acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que negou provimento à apelação por ele apresentada (e-STJ, fls. 460-469).

Nas razões do apelo excepcional (e-STJ, fls. 474-497), a defesa aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 59, II, e 68 do Código Penal.

Alega que a exasperação na primeira fase da dosimetria foi realizada com base em fundamentação genérica e em elementos neutros do quadro fático. Defende que houve manifesta desproporcionalidade na fixação da pena-base, pois não se mostra razoável que tenha sido estabelecida acima do mínimo legal. Acrescenta que não houve fundamentação adequada para considerar como negativas as circunstâncias judiciais relativas à culpabilidade, circunstâncias e consequências do crime.

Requer, ao final, o provimento do recurso para reduzir a pena aplicada para 4 (quatro) anos, prevista no tipo penal, aplicando, ainda, a atenuante da confissão. Alternativamente, pugnou, se mantida a reprimenda, pelo aumento para 1 (um) ano do *quantum* antes arbitrado pela atenuante da confissão. Solicitou, ainda, pela afetação do recurso como representativo de controvérsia.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 508-521), o recurso foi inadmitido na origem, ante os óbices das Súmulas 7 e 83 do STJ, bem como pela ausência do devido cotejo analítico no tocante à divergência jurisprudencial aventada (e-STJ, fls. 523-525). Daí este agravo (e-STJ, fls. 532-541). A contraminuta foi ofertada às e-STJ, fls. 552-561.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo (e-STJ, fls. 575-577).

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

O agravante deixou de refutar o fundamento da decisão agravada no concernente à demonstração da divergência jurisprudencial, o que atrai o impeditivo da Súmula n. 182 deste Superior Tribunal, segundo a qual "é inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgRg nos EREsp 1.387.734/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, DJe de 9/9/2014; e AgRg nos EDcl nos EAREsp 402.929/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, DJe de 27/8/2014.

Superior Tribunal de Justiça

Anote-se, ainda, que o Código de Processo Civil de 2015, em seu art. 932, reafirmou a orientação do STJ, ao exigir a impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

Ademais, tem-se que "[...] a jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que, para afastar a incidência da Súmula 182/STJ, não basta a impugnação genérica dos fundamentos da decisão agravada, é necessário que a contestação seja específica e suficientemente demonstrada" (AgInt no REsp 1.600.403/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/8/2016, DJe 31/8/2016).

Esta Corte firmou o entendimento de que: "[...] quando o inconformismo excepcional não é admitido pela instância ordinária, com fundamento no enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a impugnação deve indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida" (AgRg no AREsp 709.926/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 28/10/2016), o que não ocorreu no caso destes autos.

No julgamento do EAREsp 746.775/PR, datado de 19/09/2018 (Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Relator para acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, DJe de 30/11/2018), a Corte Especial do STJ manteve o entendimento da necessidade de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de incidência da Súmula 182/STJ.

Ante o exposto, com apoio no art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, **não conheço** do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator